

PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL E O PROGRAMA AABB COMUNIDADE DA FENABB NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Susana Schneid Scherer - Universidade Federal de Pelotas - Brasil
susana_scherer@hotmail.com

Maria de Fátima Cóssio - Universidade Federal de Pelotas - Brasil
cossiofatima13@gmail.com

Daniela Oliveira Lopes - Universidade Federal de Pelotas - Brasil
dol_60@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O campo das políticas educacionais evidencia a inserção de novos atores privados na educação pública, especialmente a partir da década de 1990, tanto em nível internacional (BALL, 2014; LIMA, 2018; ROBERTSON; VERGER, 2012), como nacional (FREITAS, 2018; SHIROMA, 2016).

Uma das formas de privatização educacional, segundo Robertson e Verger (2012), situa-se na forma de parceria público-privada (PPP). Exprime um tipo de corresponsabilidade na política pública, na qual a instituição se mantém pública, mas o Estado redimensiona sua função de executor exclusivo do setor. Nisso, emerge a figura do Terceiro Setor, que não é nem o Estado nem um ente privado comum, de modo geral, traduzido pelo perfil de fundações, institutos, com ou sem fins lucrativos, que passam a participar da execução, definição e avaliação da educação, majoritariamente financiados pelo poder público ou em troca de benefícios, como a dedução de impostos (MONTAÑO, 2002).

Disso que apontam propostas educacionais como o programa AABB Comunidade (Associação Atlética Banco do Brasil), desenvolvido pela Federação Nacional das Associações do Banco do Brasil (FENABB), organização social ligada ao Banco Brasil (BB), presente nas redes de ensino do Estado do Rio Grande do Sul (RS), conforme identificou pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Educacionais (NEPPE, 2019). Assim, este estudo analisou o programa da AABB Comunidade, da FENABB, em busca de identificar sua proposta educacional, a atuação da FENABB, os impactos na educação pública e as redes de políticas constituídas.

Para coletar os dados se usou o método de etnografia de rede, sugerido por Ball (2014), com a pretensão de mapear a forma e o conteúdo no campo da política educacional por meio de dados online. Os instrumentos de coleta foram os sites da FENABB (2019) e do AABB Comunidade (2019), de parceiros (IAS, 2019), e notícias online. A análise dos dados se baseou em Shiroma, Campos e Garcia (2005), para o estudo de documentos políticos como discursos que constroem e disseminam concepções e formas de pensar e agir, através das categorias analíticas estipuladas a priori, dentro dos objetivos do estudo: a proposta do programa AABB Comunidade; a forma de atuação da FENABB; os impactos na educação pública; a rede política constituída pela FENABB. E para análise da rede política da FENABB, após identificar os parceiros dentro do AABB Comunidade, foi usado o quadro de propriedades de redes, apresentado por Lopes e Baldi (2009) e que contempla itens como o conteúdo transacional (relação entre os atores sociais), a natureza qualitativa e a força das relações, e as características de relacionamento entre os atores do sistema.

REFERENCIAL TEÓRICO

PPP se apresenta como uma das estratégias de modernização da gestão pública, cujo propósito prioritário é romper com a perspectiva burocrática weberiana, em favor de formas adaptadas às exigências do século XXI, sobretudo, face às mudanças no mundo corporativo em que eficiência e a eficácia são entendidas pela capacidade gerencial de produzir resultados mensuráveis em contextos altamente competitivos. Hood (1996) sintetizou tal ideal pelo conceito de Nova Gestão Pública (NGP) amplamente disseminado pela Organização do Comércio para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), para o que conceitos como governança (SHIROMA, 2016; CÓSSIO, 2015) e gerencialismo (CLARKE; NEWMAN, 2012) são fundantes para o papel sugerido ao Estado e ao setor público.

Clarke e Newman (2012) observam que o gerencialismo tem como base a liberação de controles governamentais os quais passam a ser flexíveis e adaptativos. A governança, por seu turno, alude “transformações na compreensão de governo restrito ao aparelho de Estado, tido como monolítico, para uma visão pluricêntrica, de governança descentralizada, realizada por redes de múltiplos atores” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014, p. 25-26).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão dos resultados considerou como categorias: a proposta e os impactos do AABB Comunidade; a atuação e a rede política constituída pela FENABB.

O programa AABB Comunidade é a principal iniciativa socioeducacional da FENABB. Ele é desenvolvido via PPP, a partir de convênio entre a AABB local e o executor, que pode ser o município ou um ator privado, com base na Lei no 9.790/1999 que qualifica a FENABB como OSCIP.

O propósito do programa é a complementação escolar para crianças e jovens de camadas populares. Não há uma inserção direta sobre a escola, já que suas atividades ocorrem no contraturno, como forma de complementação educacional. No entanto, as atividades realizadas atuam na formação dos estudantes de educação básica, sem articulação com os projetos pedagógicos das escolas e imprimindo as lógicas do mundo dos negócios, tais como o empreendedorismo e a educação financeira.

Na especificidade do AABB Comunidade salienta-se a relação entre a FENABB e o Instituto Ayrton Senna (IAS), com a identificação de ações do programa educacional Letramento em Programação Digital, desenvolvido pelo IAS e voltado à alfabetização tecnológica, acontecendo dentro do AABB Comunidade. O IAS é uma das principais organizações sociais, de viés privado, presentes com programas e iniciativas nas redes de ensino brasileiras (SCHERER; NASCIMENTO; CÓSSIO, 2020). Apurou-se que a relação entre a FENABB e o IAS data de 2016, voltando-se a desenvolver o projeto chamado de Gestão da Alfabetização, que combina programas de gestão e alfabetização do Instituto.

Pode-se constatar que o programa AABB Comunidade, tal qual as demais iniciativas da FENABB, representa uma forma de o BB buscar legitimidade para a perspectiva financeira que o sustenta, via propostas socioeducativas que estão em sintonia com os ideais do mercado. A opção pelas PPPs se apresenta como mecanismo perspicaz, com ampla disseminação no setor público, e boa receptividade da população em geral, para a inserção, em grande escala, do setor privado no espaço público, modificando-o.

Entende-se que esses instrumentos e movimentos estão enquadrados em um projeto mais amplo de reconstituição da educação pública no âmbito de uma sociedade pró-mercado,

que requer ser explicitado sobre seus impactos na concepção de escola pública, e que se afastam de movimentos em favor da educação pública socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

AABB COMUNIDADE. Site institucional. Disponível em: AABB. Site institucional. Disponível em: <http://www.aabbcomunidade.com.br/>. Acesso em 30/10/2019.

BALL, S. Educação global S.A: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. Lei no 9.790, de 1999: Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999.

CÓSSIO, M. F. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.13, n.04, out/dez, p. 616-640, 2015.

CLARKE, J; NEWMAN, J. Gerencialismo. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

FENABB. Página oficial. Disponível em: <http://www.fenabb.org.br/>. Acesso em 20/08/2019.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. Educação e Sociedade. Campinas, v. 33, n. 119, 379-404, abr.-jun, 2012.

HOOD, C. Racionalismo económico en la gestión pública ¿De la administración pública progresiva a la nueva administración pública? Lecturas de Gestión Pública. Madrid: Ministerio de Administraciones Públicas, 1996, p. 447-467.

IAS. Site institucional. Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em 30/10/2019.

LIMA, L. C. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, 129-144, jan./abr, 2018.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 43, v. 5, set/out, 1007-1035, 2009.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. Revista Lutas Sociais. São Paulo: Editora Pulsar/PUC-SP, n. 8, v. 1, 53-64, 2002.

ROBERTSON, S; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 121, 1133-1156, out-dez, 2012.

SCHERER, S. S.; NASCIMENTO, F; CÓSSIO, M. F. Parcerias público-privadas: atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do estado do RS. Educação e Sociedade. Campinas, v. 41, edição especial, 1-18, 2020.

SHIROMA, E. O. Redes de políticas públicas e governança da educação: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. Relatório de pesquisa. Florianópolis, UFSC, 2016.

___; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago, 2014.

SHIROMA, E; CAMPOS, R; GARCIA, R. M. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005.